



## EDITAL

A **ESCOLA JUDICIAL DOS SERVIDORES** comunica a abertura das inscrições para o curso '**ATUALIZAÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL: FASE INSTRUTÓRIA**', aprovado pelo seu Conselho Técnico, em reunião de 8 de dezembro de 2022, sob a coordenação de Walter Salles Mendes, coordenador da EJUS1, e Miguel da Costa Santos, chefe de seção judiciário da EJUS1.2, que será realizado exclusivamente na modalidade a distância, no período de **7 de fevereiro a 7 de março de 2023**.

**OBJETIVOS:** Propiciar formação continuada e aperfeiçoamento dos servidores do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, com a implementação de cursos na área jurídica, à luz da legislação, da doutrina e da evolução jurisprudencial, integrando teoria e prática. Possibilitar estudo dirigido de aspectos relevantes do Código de Processo Civil, especialmente da fase instrutória. Analisar de modo prático a aplicação da lei processual civil, a partir de decisões judiciais dos tribunais superiores e do TJSP. Apresentar um panorama geral da fase instrutória, com vistas a aprimorar a análise de casos postos em juízo com a aplicação da lei pautada na atualização jurisprudencial. Orientar sobre aspectos pontuais da fase instrutória, para facilitar a compreensão prática da aplicação da lei processual civil. Oferecer subsídios teóricos e práticos aos que atuam com a matéria, objetivando facilitar essa atuação a partir do compartilhamento de saberes jurídicos.

**PÚBLICO-ALVO:** Servidores lotados nas unidades judiciais, oficiais de justiça, assistentes jurídicos, assistentes judiciários e estagiários de nível superior do Tribunal de Justiça (TJSP).

**VAGAS OFERECIDAS:** 1000 (mil) vagas para a modalidade a distância.

Haverá emissão de certificado de conclusão de curso àqueles que apresentarem no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de frequência.

**PERÍODO DE INSCRIÇÕES:** das 9h de 13 de dezembro de 2022 às 18h de 31 de janeiro de 2023.

**Para se inscrever os interessados deverão acessar a página da EJUS** por meio da intranet > Servidores > Ver Mais > EJUS > Sala de Alunos ou pelo site do Tribunal de Justiça na aba INSTITUCIONAL > ESCOLAS.

### INFORMAÇÕES IMPORTANTES:

1. A inscrição importará o conhecimento de todas as instruções, tais como se acham estabelecidas neste Edital, não podendo ser alegada qualquer espécie de desconhecimento.
2. Os servidores do Tribunal de Justiça deverão observar as normas contidas na Portaria Conjunta nº 1, de 3 de setembro de 2012, publicada no DJE em 28/9/2012, págs. 1 a 4 e alteração publicada no DJE em 1º/2/2013, pág. 1.
3. As inscrições de estagiários devem ser solicitadas através do e-mail de contato, após prévio cadastro no sistema da EJUS: <https://www.tjsp.jus.br/app/sige/cursos>.
4. **O curso deverá ser acessado no período de 7 de fevereiro a 7 de março de 2023.**
5. O material de estudo e os vídeos estarão disponíveis na sala de aula da EJUS: <https://www.tjsp.jus.br/app/sige/sala/meus-cursos>.
6. No caso de o servidor inscrever-se em atividades da EJUS e não obtiver aprovação e frequência igual ou superior a 75%, ficará impedido de participar de outros cursos ou palestras, pelo prazo de 90 dias.
7. Incorre no mesmo impedimento aquele que desistir da participação após o encerramento do período de inscrições.
8. Com exceção de ausências motivadas por caso fortuito ou força maior, não serão deferidas as justificativas por: a) absoluta necessidade de serviço; b) exames e consultas médicas agendadas; e c) faltas compensadas e abonadas, férias regulamentares, licenças e demais afastamentos previstos em lei.
9. As impugnações do bloqueio deverão ser pleiteadas no prazo de 10 dias corridos, contados a partir do envio do e-mail de notificação do bloqueio.
10. Eventuais dúvidas poderão ser encaminhadas para: [ejus.eventos@tjsp.jus.br](mailto:ejus.eventos@tjsp.jus.br).

### PROGRAMAÇÃO:

#### **AULA 1**

**Tema:** Fase instrutória.



**Conteúdo programático:** 1. Introdução. 2. Natureza jurídica das provas. 3. Classificação das provas. 4. Objeto das provas. 5. Fatos que não precisam ser comprovados. 6. Presunções e indícios. 6.1 Presunções simples ou hominis. 7. Prova de fato negativo. 8. O juiz e a produção da prova.

**Palestrante: Willian Stoianov Martins** - Assistente Jurídico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, lotado no Gabinete de trabalho da Desembargadora Ana Lúcia Romanhole Martucci, 33ª Câmara de Direito Privado. Graduação em Direito pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco da Universidade de São Paulo. Pós-graduação (Mestrado) pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco da Universidade de São Paulo, na área de Direito Processual Civil. Curso de Capacitação em Arbitragem pelo Instituto de Mediação e Arbitragem do Brasil. Atuou como advogado.

## AULA 2

**Tema:** Fase instrutória.

**Conteúdo programático:** 9. Ônus da prova. 9.1 A prova como ônus. 9.2. Ônus da prova – aspecto subjetivo e objetivo. 9.3 Distribuição do ônus da prova. 9.4 A distribuição diversa do ônus da prova.

**Palestrante: Willian Stoianov Martins** - Assistente Jurídico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, lotado no Gabinete de trabalho da Desembargadora Ana Lúcia Romanhole Martucci, 33ª Câmara de Direito Privado. Graduação em Direito pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco da Universidade de São Paulo. Pós-graduação (Mestrado) pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco da Universidade de São Paulo, na área de Direito Processual Civil. Curso de Capacitação em Arbitragem pelo Instituto de Mediação e Arbitragem do Brasil. Atuou como advogado.

## AULA 3

**Tema:** Fase instrutória.

**Conteúdo programático:** 10. Hierarquia das provas. 11. Provas ilícitas. 11.1 A gravação e a interceptação telefônica. 12. Produção antecipada de provas. 12.1 Introdução. 12.2 Tipos de provas que podem ser antecipadas. 12.3 Procedimento.

**Palestrante: Willian Stoianov Martins** - Assistente Jurídico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, lotado no Gabinete de trabalho da Desembargadora Ana Lúcia Romanhole Martucci, 33ª Câmara de Direito Privado. Graduação em Direito pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco da Universidade de São Paulo. Pós-graduação (Mestrado) pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco da Universidade de São Paulo, na área de Direito Processual Civil. Curso de Capacitação em Arbitragem pelo Instituto de Mediação e Arbitragem do Brasil. Atuou como advogado.

## AULA 4

**Tema:** Fase instrutória.

**Conteúdo programático:** 13. Meios de prova. 14. Da prova documental. 14.1 Introdução. 14.2 Conceito de documento. 14.3 Classificação dos documentos. 14.4 Exibição de documento ou coisa. 14.5 Força probante dos documentos. 14.6 Eficácia das reproduções. 14.7 O incidente de falsidade documental. 14.8 Produção da prova documental.

**Palestrante: Maria Lígia Satiro Aragão** - Assistente Jurídico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, lotado no Gabinete de trabalho do Desembargador Sá Moreira de Oliveira, 33ª Câmara de Direito Privado. Possui graduação pela Faculdade de Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2002) e mestrado em Direitos Difusos pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2010).

## AULA 5

**Tema:** Fase instrutória.

**Conteúdo programático:** 15. Ata notarial. 16. Prova pericial. 16.1 Introdução. 16.2 Espécies de perícia. 16.3 Admissibilidade da prova pericial. 16.4 O perito. 17. Inspeção judicial. 17.1 Introdução. 17.2 Procedimento. 18. Prova testemunhal. 18.1 Introdução. 18.2 Admissibilidade e valor da prova testemunhal. 18.3 A testemunha. 18.4 A pessoa com deficiência como testemunha sob o aspecto do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015 – EPD). 19. Depoimento pessoal. 19.1 Introdução. 19.2 Quem pode requerê-lo e prestá-lo. 19.3 Pena de confissão. 19.4 Procedimento.

**Palestrante: Maria Lígia Satiro Aragão** - Assistente Jurídico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, lotado no Gabinete de trabalho do Desembargador Sá Moreira de Oliveira, 33ª Câmara de Direito Privado. Possui graduação pela Faculdade de Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2002) e mestrado em Direitos Difusos pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2010).



## **AULA 6**

**Tema:** Fase instrutória.

**Conteúdo programático:** 20. Interrogatório das partes. 20.1 Introdução. 20.2 Procedimento. 21. Confissão. 21.1 Introdução. 21.2 Espécies de confissão. 21.3 Eficácia da confissão. 21.4 Perda da eficácia da confissão. 21.5 Indivisibilidade da confissão. 22. Audiência de instrução e julgamento. 22.1 Introdução. 22.2 Procedimento da audiência de instrução e julgamento. 22.3 Adiamento da audiência.

**Palestrante: Maria Lígia Satiro Aragão** - Assistente Jurídico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, lotado no Gabinete de trabalho do Desembargador Sá Moreira de Oliveira, 33ª Câmara de Direito Privado. Possui graduação pela Faculdade de Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2002) e mestrado em Direitos Difusos pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2010).

**METODOLOGIA:** Aulas teórico-expositivas, com estudos de casos e de julgados, com apoio em slides.

[Clique aqui para efetuar sua inscrição](#)